

## Saúde

PORTARIA n. 694 de 10/09/2020

O CORREGEDOR DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº 292/2020, Resolve: EXCLUIR, com base artigo 17, §3º, da Lei Complementar Estadual n. 491/2010 e conforme autos SES 97952/2019, a servidora Michele de Souza, matrícula nº 0396252-0-02, na competência de Profissional de Educação Física, com atribuição de exercício na Diretoria de Educação Permanente, promovendo a servidora Fernanda Raquel Egídia Carpes Silva, matrícula n. 0294715-3-01, na competência de Agente de Serviços Gerais, lotada na Diretoria de Assistência Farmacêutica, como presidente da Comissão de Sindicância Investigativa.

MARCIO MAIENBERGER COELHO  
Corregedor

Cod. Mat.: 690239

PORTARIA nº. 687 - 04/09/2020.

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº. 291/2020 e conforme processo SES 00116494/2020, resolve **REMOVER** a servidora **FERNANDA WERNER DA SILVA**, matrícula nº. 0387498-2-01, ocupante do cargo de Analista Técnico em Gestão e Promoção de Saúde, na competência de Assistente Social, lotada no Hospital Governador Celso Ramos - HCR, nível GEPRO-SES-16/J, para atuar no Hospital Santa Teresa - HST, a contar de 03/08/2020.

LUCIANO JORGE KONESCKI

Superintendente de Gestão Administrativa

Cod. Mat.: 690388

PORTARIA nº 693 de 09/09/2020

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº 893/2020, **RESOLVE:**

**Art.1º** EXCLUIR da Portaria nº 637 de 29/07/2019, publicada no D.O.E. nº 21.069 de 01/08/2019, que designou membros para comporem a Comissão Interna Permanente, responsável pelo levantamento, avaliação, reavaliação e controle dos bens móveis permanentes da Supervisão Regional de Saúde de São Miguel do Oeste, o nome da servidora Fabiana Lolatto, matrícula nº 962.764-2-01 e INCLUIR o nome da servidora Andréia Lopes, matrícula nº 372.527-8-01.

**Art.2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO JORGE KONESCKI

Superintendente de Gestão Administrativa

Cod. Mat.: 690390

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO.** Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 30398/2019** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa AGFA HEALTHCARE BRASIL IMPORTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 09.032.636/0002-35, a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 116,08 por descumprimento do Contrato nº 167/2019, Edital nº 3822/2018.

Cod. Mat.: 690303

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2020TR000399.**

**CONCEDENTE:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Associação Comunitária São Judas Tadeu, Hospital São Judas Tadeu, com sede no Município de Meleiro. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Trigésima (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: "Cláusula Trigésima – Da Vigência": O prazo do Convênio nº 2020TR000399 fica prorrogado até 31 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** Solicitamos prorrogação deste convênio devido atraso na entrega do equipamento. O recurso de R\$ 950.000,00 para aquisição de um tomógrafo creditou na conta convênio em 12/07/2020. Imediatamente foi efetuada a ordem de fornecimento pela instituição à empresa, porém, em virtude da pandemia, as empresas fornecedoras de materiais e equipamentos hospitalares estão com certa dificuldade no cumprimento dos prazos devido à grande demanda. Diante do exposto, solicitamos a prorrogação da vigência para 31/12/2020, para que haja tempo hábil na entrega, pagamento e prestação de contas. **CLÁUSULA**

**TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 04 de setembro de 2020. **SIGNATÁRIO:** André Motta Ribeiro, pela SES e Ana Costa Ostetto, pela Associação.

Cod. Mat.: 690342

**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 004 DIVS/SES- de 10/09/2020**

Dispõe sobre a correta observância dos procedimentos de repasse das informações de cadastro, controle e planos de amostragem dos sistemas de abastecimento de água às Vigilâncias Sanitárias Municipais e à Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina.

**A DIRETORA DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA** da Secretaria de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 44 do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Estadual nº 4.793/94; e,

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

Considerando a Lei Federal nº. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que determina a regulamentação, o controle e a fiscalização dos produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública;

Considerando o Decreto nº 79.367, de 09 de março de 1977, que dispõe sobre normas e o padrão de potabilidade de água;

Considerando o Anexo XX da Portaria de Consolidação MS nº. 005, de 03 de outubro de 2017 do Ministério da Saúde, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade;

Considerando a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico;

Considerando o Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, que regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico;

Considerando a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas;

Considerando a Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989;

Considerando a Instrução Normativa nº 01, de 07 de março de 2005, que regulamenta a Portaria nº 1.172/2004/GM, no que se refere às competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de vigilância em saúde ambiental;

Considerando o Decreto Estadual nº 1.846, de 20 de dezembro de 2018 que regulamenta o serviço de abastecimento de água para consumo humano no Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências;

Considerando a Lei Estadual 6.320, de 20 de dezembro de 1983 que dispõe sobre normas gerais de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências; e ainda,

A necessidade de normatizar e delimitar as obrigações de pessoas jurídicas envolvidas na prestação de serviços de abastecimento de água para consumo humano uniformizando os procedimentos técnicos administrativos no âmbito das ações de controle,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Regularizar no Estado de Santa Catarina o repasse de informações de cadastro e controle dos Sistemas de Abastecimento de Água (SAAs) às Vigilâncias Sanitárias Municipais e à Diretoria de Vigilância Sanitária (DIVS).

**Art. 2º** Tornar obrigatório que os Prestadores de Serviço de Abastecimento de Água para consumo humano lancem os dados de cadastro e controle de todos os sistemas de abastecimento de água sob sua responsabilidade diretamente no Sistema de Informação da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA), mediante *login* de acesso ao sistema ou pela ferramenta *web service*.

**§1º** O *login* de acesso ao sistema SISAGUA para lançamento dos dados de cadastro e controle (mensal, trimestral e semestral) deverá ser solicitado mediante cadastramento, conforme instruções constantes no sítio eletrônico (<http://sisagua.saude.gov.br/sisagua>).

**§2º** O acesso ao SISAGUA será liberado pela Autoridade de Saúde Estadual, após realização de capacitação teórica e prática para uso do sistema aos técnicos específicos indicados pela instituição responsável pelo SAA.

**§3º** O *login* e senha de acesso ao sistema SISAGUA é de uso pessoal e intransferível, havendo necessidade de nova capacitação e solicitação de novo *login* sempre que houver troca de funcionário responsável pelo lançamento das informações no SISAGUA.

**Art. 3º** Compete ao responsável pelo Sistema de Abastecimento de Água para consumo humano:

**§1º** Atualizar os cadastros dos Sistemas de Abastecimento de Água para consumo humano existentes no SISAGUA até o 15º dia do mês de janeiro de cada ano, disponibilizando na mesma data o plano de amostragem.

**§2º** Cadastrar os novos Sistemas de Abastecimento de Água para consumo humano no SISAGUA até 15 (quinze) dias após a implantação desses sistemas.

**§3º** Lançar os dados do monitoramento de controle mensal da qualidade da água para consumo humano no SISAGUA até o 15º dia do mês subsequente da coleta e análise.

**§4º** Lançar os dados do monitoramento de controle trimestral e semestral da qualidade da água para consumo humano no SISAGUA dentro do período respectivo ao qual se refere à análise.

**§5º** Elaborar e submeter para análise da Vigilância Sanitária Municipal Planos de Amostras de cada Sistema de Abastecimento, até o 15º dia do mês de janeiro de cada ano.

**Art. 4º** Para os casos específicos onde operam Sistemas de Abastecimentos Integrados, onde um Prestador de Serviço de Abastecimento de Água realiza o tratamento da Água e outro Prestador de Serviço é responsável pela rede de distribuição:

I – Caberá à vigilância sanitária municipal do município que somente distribui a água tratada por outra empresa em seu território municipal, alimentar os dados de controle no SISAGUA referente a rede de distribuição.

II – O Prestador de Serviço de Abastecimento de Água responsável pela rede de distribuição deverá enviar os dados de cadastro referentes à rede de distribuição e os relatórios de controle mensal, trimestral e semestral à vigilância sanitária municipal, para que esta insira os dados específicos

**Art. 5º** Após a alimentação dos dados de controle mensal, trimestral e semestral, o Prestador de Serviço de Abastecimento de Abastecimento de Água deverá enviar uma comunicação oficial à autoridade em saúde municipal e estadual referente a todos os parâmetros analisados contendo resultados em desacordo com o padrão de potabilidade, informando também as medidas corretivas adotadas.

**Art. 6º** Caberá ao responsável pela alimentação dos dados de controle mensal, trimestral e semestral no SISAGUA, a responsabilidade legal quanto à fidedignidade dos resultados inseridos no sistema e eventuais erros de digitação.

**Parágrafo único:** O Prestador de Serviço de Abastecimento de Água, quando detectar erros de digitação referentes aos dados de controle mensal, trimestral ou semestral, deverá informar oficialmente à autoridade de saúde estadual sobre o ocorrido, solicitar a retificação do dado e encaminhar anexo à solicitação os laudos originais das análises a serem retificadas.

**Art. 7º** O Prestador de Serviço de Abastecimento de Água deverá realizar as análises de controle semestral em laboratório que expresse no laudo de análise os valores dos limites de detecção (LD) e de quantificação (LQ) do método de análise utilizado.

**Parágrafo único:** Os valores dos limites de detecção (LD) e de quantificação (LQ) do método utilizado para análise dos parâmetros semestrais devem sempre ser menores ao valor máximo permitido na legislação vigente.

**Art. 8º** Todos os atos normativos mencionados nesta Portaria, quando substituídos ou atualizados por novos atos, terão a referência automática atualizada em relação ao ato de origem.

**Art. 9º** O descumprimento das determinações contidas nesta Portaria constitui infração de natureza sanitária, sujeitando o infrator às penalidades previstas na Lei Estadual 6.320, de 20 de dezembro de 1983, suas atualizações ou instrumento legal que venha a substituí-la, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

**Art. 10** Fica revogada a Resolução Normativa Nº 002/DIVS/SES de 30/04/2019.